

ARTIGOS



Serviço Social e Movimento LGBT

Promoção da Cidadania de Crianças e Adolescentes no Combate à Violência de Gênero nas Escolas

Mônica de Melo Medeiros, *Universidade Federal do Pará*

Francisco dos Santos Neto, *Universidade Federal do Pará*

O presente artigo buscar fazer reflexões sobre como o Assistente Social formado sob a égide das Diretrizes Curriculares (2002) enquanto profissional que intervém nas refrações da Questão Social a luz do materialismo histórico dialético, poderá pensar estratégias de superação das múltiplas violências sofridas por LGBT's em ambiente escolar. Nesse sentido, a partir de imposições historicamente colocadas em nossa sociedade de que os sujeitos devem ter seus corpos e orientações sexuais padronizados em uma lógica heterossexista, busca-se neste momento identificar e problematizar onde se inserem os LGBT's na atual conjuntura de retrocessos vividos na sociedade brasileira, e como o Serviço Social vem pensando essas demandas na contemporaneidade. Para isso realizamos pesquisa bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos que possibilitaram fazer uma discussão epistemológica sobre vulnerabilização de identidades não heterossexuais e as possibilidades de superação deste quadro.

PALAVRAS-CHAVE: Diretrizes Curriculares. Heterossexista. LGBT's. Serviço Social. Vulnerabilidade.



I. Introdução

Diante da necessidade de construção de aportes para as políticas sociais na escola de combate a violência de gênero, e com o intuito de garantir direitos a crianças e adolescentes, é que partimos de reflexões acerca da importância do profissional de Serviço Social no ambiente escolar.

Paradoxalmente, presenciamos hoje o retrocesso de direitos sociais reafirmados nos discursos religiosos que, embasado em valores morais, tentam impor sua dominação no campo dos direitos, construindo mais uma violência¹ institucional contra a sociedade brasileira. Estes percalços impactam diretamente a vida social e nos leva a refletir sobre os desafios ao combate à violência contra crianças e adolescentes LGBT's na escola.

Em um momento de crise política que marca o ano de 2016 no Brasil, e o processo de Impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, assistimos ao vivo nos meios de comunicação a assustadora bancada conservadora representada por 313 dos 513 deputados. Eles representam não só os interesses individuais expostos no discurso de dedicação do voto à filhos e esposas, mas também uma ideologia dominante de caráter conservador que por vezes é absorvida por uma parte da sociedade brasileira que ainda está imersa no conservadorismo.

Entre os projetos propostos por esta parcela de deputados, a que nos interessa aqui é a criação do Estatuto da Família, que ataca os direitos LGBT's² e os direitos à diversidade sexual e de gênero, além da criminalização da "heterofobia".

1 A violência é um fenômeno produzido social e culturalmente que manifesta-se nas relações sociais como caráter de grande complexidade. As respostas dadas pelo Estado para tratar da questão da violência, em geral restringe-se a ações pontuais, conservadoras e repressivas que contribuem para a o processo de exclusão social.

2 Esta reflexão elaborada por Jean Wyllys, no site Carta Capital, esclarece melhor os fatos: "O recrudescimento da violência homofóbica [...] se reproduz num contexto de excessiva polarização política, reacionarismo no poder Legislativo [...], demonização da agenda política progressista e humanista, ataques às liberdades civis, crescimento do fundamentalismo religioso e do fascismo [...]. É óbvio que, num contexto assombroso desses, as primeiras e preferenciais vítimas são sempre os grupos historicamente odiados e difamados por conta de preconceitos profundamente arraigados na alma de uma maioria que nunca teve acesso, de fato, a uma educação de qualidade nem às artes vivas, porque o sistema político nunca permitiu"



Este trabalho está dividido em três partes. A primeira se empenha em expor o quanto aos avanços teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da categoria profissional de Serviço Social, materializados nas Novas Diretrizes Curriculares da formação profissional (2002), possibilitaram avanços nas reflexões epistemológicas no âmbito acadêmico da profissão com ênfase nas discussões sobre as diversidades; a segunda parte retrata a reprodução heterossexista e a construção das vulnerabilidades para a população LGBT, trazendo o debate teórico de autores clássicos e contemporâneos sobre este fenômeno; e a terceira expõe a importância de estimular reflexões entre crianças e adolescentes sobre suas sexualidades no ambiente escolar, ressaltando a importância do profissional de Serviço Social neste campo sócio ocupacional.

II. Diretrizes Curriculares e Projeto Profissional do Assistente: novas respostas frente às transformações societárias na contemporaneidade

O Serviço Social, como profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, tem se empenhado na garantia de direitos humanos, justiça social e cidadania³. Ao estudar a reprodução das relações sociais embasada em um projeto societário, os profissionais passam a refletir sobre questões referentes não só à economia, mas também sobre a esfera política, social, ideológica e cultural, ou seja, sobre as várias determinações da questão social⁴.

Desta forma, reflexões relacionadas à compreensão da realidade nos trouxeram demandas ainda pouco estudadas, pois ficou notável a necessidade de apreender as várias expressões das desigualdades para construir formas de resistência e de defesa dos sujeitos, apreensão esta

3 A cidadania é um direito de viver plenamente tendo garantidos os direitos civis, sociais e políticos, que precisa ser construído coletivamente no empenho de atender necessidades básicas e também possibilitando o acesso a todos os níveis de existência humana.

4 A questão social é indissociável da sociabilidade capitalista (IAMAMOTO, 2007), pois ela envolve as lutas políticas contra as múltiplas desigualdades sociais que para além das relações de classe, envolve intersecções de gênero/sexualidade, raça, geração, família, as múltiplas expressões da violência e violações dos direitos humanos.



que é norteadora por uma perspectiva de totalidade histórico-social, pois só assim apreendem-se as particularidades.

O marco desta transformação é a década de 90, quando a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), baseada nos movimentos sociais de diferentes segmentos sociais e no amplo debate acadêmico em nível nacional, propõem as novas Diretrizes Curriculares, sobrepondo-se a de 1980.

Portanto, os Assistentes Sociais nos vários espaços sócio ocupacionais, a partir das transformações societárias que engrenaram e materializaram novas formas de ser e se mostrar da profissão, precisam desde então construir coletivamente reflexões analíticas, assim como propostas interventivas que pudessem responder as novas expressões da questão social na contemporaneidade.

A partir desta formulação, entendemos o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho que ao longo do tempo construiu um projeto profissional crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos extraídos do materialismo histórico dialético, além de princípios éticos reiterando o compromisso com a classe trabalhadora. Este projeto profissional tem o profissional como ser prático-social dotado de liberdade, capaz de projetar coletivamente seu trabalho, buscando sua implementação por meio de sua atividade (IAMAMOTO, 2014).

O Código de Ética do/a Assistente Social, traz como Princípio Fundamental, no inciso VI, o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. (CFESS, 2012) Ele representa e regula a atuação da Assistente Social, denunciando condutas discriminatórias e enaltecendo as diferenças e diversidades.

Sendo assim, ressalta-se a importância deste profissional no ambiente escolar como um agente que pode elaborar estratégias na eliminação de preconceitos, pois o projeto ético-político é emancipador.

No âmbito da produção científica na área de gênero no Serviço Social, as reflexões a respeito da diversidade sexual e dos direitos LGBT é ainda recente. Só nos últimos dez anos é que este cenário tem se modificado devido às manifestações públicas do movimento LGBT, que trouxeram ao debate denúncias de violência e a necessidade de leis de proteção. Desta forma, o mandato do presidente Luís Inácio Lula da



Silva⁵ iniciado em 2002, é reconhecido como um marco de diálogo maior com os grupos LGBT's.

III. A Reprodução Heterossexista e o Impacto na Construção de Identidades LGBT's

Ao tratar da construção de identidades LGBT's⁶ precisamos abordar inicialmente de que forma se dá a construção social e histórica da homofobia a partir da aversão as homossexualidades enquanto produto da ideologia heterossexista em uma perspectiva de hierarquia social do sexo, falando destas construções sociais em um contexto histórico construído para atender a determinadas classes e grupos sociais hegemônicos, no entanto faremos um debate a partir da realidade brasileira.

Essa lógica normativa também (re)produz efeitos na arena política, especialmente nas políticas sociais. Percebe-se que a atuação dos movimentos sociais LGBT tem buscado a afirmação de identidades subalternizadas, com o objetivo de promover um processo de reconhecimento da diferença. No entanto, a identidade e a diferença não são meramente definidas, uma vez que são produzidas socialmente e se situam no campo das relações de poder e de hierarquias (IRINEU, 2014, p. 204).

Na história recente das ciências sociais a sexualidade humana sempre esteve na condição de invisibilidade, segundo Foucault (1984) o próprio termo sexualidade surge não para dar sustentação aos estudos de liberdade do corpo, mas surgiu em relação a outros fenômenos sociais, dentre eles para: o desenvolvimento de conhecimento e investigação nos diversos campos da ciência como da Biologia e Psicologia.

Para Santos Neto *apud* Foucault (2015)

No início do século XVII as práticas sexuais não procuravam segredos, as palavras eram ditas sem reticências excessivas e as coisas eram demasiadas sem disfarces. A passagem para o século XIX tem “um

5 Em 2004 o governo federal brasileiro lançou o plano plurianual 2004 a 2007, com o intuito de orientar projetos sociais, daí também surge o “Programa Brasil sem Homofobia”, que sem dúvida no contexto brasileiro foi o marco inicial para a promoção da cidadania LGBT, contudo isto foi se constituindo um processo de articulação ligado a várias secretarias fortalecendo a luta do movimento no país (SANTOS NETO, 2015).

6 LGBT's - aqui destacamos as identidades de gênero Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.



crepúsculo que teria à luz meridiana” da sociedade ocidental, a sexualidade toma novas formas e valores, tornado-se particularidade de duas únicas pessoas do sexo oposto, surgiu à família patriarcal baseada na procriação e hierarquia do sexo, agora a sexualidade tem a mera função de reproduzir (SANTOS NETO, 2015. Pág. 03).

O que era algo sem pudor para a humanidade até o início do século XIX, foi se reconstruindo através de valores culturais fruto de gerações que transformaram a sexualidade em regras pautadas em novas crenças e formas de ver o mundo. Neste sentido a sexualidade enquanto expressão social é fruto de transformações do processo sócio histórico da sociedade capitalista, balizados por elementos cristãos e valores morais/reprodutivos que são postas a partir da hierarquia sexual, ou seja, estamos falando do sexismo e heterossexismo categorias que são definidas por Smigay (2002) das seguintes formas respectivamente o “sexismo é uma posição ou uma postura misoginia, de desprezo frente ao sexo oposto, já o heterossexismo é superiorização da heterossexualidade sobre a homossexualidade e demais orientações e identidades sexuais de gênero”.

Segundo Laraia (1997) a herança cultural da humanidade é desenvolvida através de inúmeras gerações, e sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento humano daqueles que agem fora dos padrões aceitos pelas comunidades, padrões frutos de valores culturais normativos.

Para Chauí (1985) a repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade, sobretudo a orientação heterossexual, no qual é fundamentada em valores culturais que se perpetuam, através de dogmas cristãos, culturais e morais.

Estas construções sociais fazem com que identidades de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais sejam vistas como desviantes da heteronormatividade, uma vez que não estão de acordo com as construções históricas hegemônicas.

Portando, a heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades no qual encarna o ideal normativo, especificado a partir da dominação das hierarquias sexuais, o chamado heterossexismo. (BORRILLO, 2010).



Em vista disso, a escola brasileira moldou-se por valores, normas e crenças que são responsáveis por abominar a alteridade. Aqueles que não estão em consonância com o padrão heterossexual, branco e burguês é não só tratado como anormal e desviante, como também é vítima de preconceitos. A escola tornou-se assim, um espaço em que se naturalizaram as mais variadas formas de preconceitos (JUNQUEIRA, 2012).

No entanto, na contemporaneidade a sexualidade vem sendo discutida por diversos vieses possibilitando a desmistificação dos estigmas socialmente produzidos por valores burgueses, sobre este assunto Rozario (2013) nos elucida que as “sexualidades e homossexualidades são vistas sob o viés do desconhecimento, todavia, as cortinas imaginárias vêm sendo retiradas e desmascaradas, pois, a ciência passa a investigar o fenômeno do sexo por vários aspectos”.

IV. Crianças e Adolescentes pensando suas sexualidades: novos desafios aos assistentes sociais em ambiente escolar

Partindo do pressuposto de que existe uma concepção institucionalizada de que todas as pessoas são naturalmente heterossexuais e que todos os seres sociais são inclinados à reprodução, vemos que no Brasil nossas instituições reproduzem esse discurso cotidianamente como se as práticas heterossexuais fossem a única possibilidade de expressão sexualidade humana o que faz com que se perpetue esse sistema de opressão.

Devido esse cenário LGBT's vivem sob constante processo de humilhação por terem suas práticas condenadas, portanto a heteronormatividade surge constantemente nas ordens das coisas como algo natural, inclusive na Escola uma vez que “para discutir a homofobia no sistema de ensino formal é necessário, antes de mais nada, levar em conta o contexto amplo e complexo das relações entre educação e sociedade” (RAMIRES, 2011), ou seja, a instituição (escola) é reflexo das relações sociais que se estabelecem na sociedade.

Portando, o Serviço Social enquanto profissional de caráter interventivo a luz do materialismo histórico dialético precisa para além de abstrair as múltiplas mediações presentes nesta realidade, apresentar



formas para intervir nesta a partir da relação entre as múltiplas mediações que compõe o agir profissional.

Nessa perspectiva, é público e notório que diversos setores da sociedade civil, incluindo a categoria de serviço social, em decorrência do movimento social organizado em torno da livre orientação sexual e performances e expressões das identidades de gêneros, abriram-se, a partir da década de 2000, para o debate sobre o campo da diversidade sexual e de gênero, reforçando com isso a visibilidade das temáticas e ações públicas expressas pelo protagonismo político LGBT na luta e garantia de direitos de cidadania. Configurando-se enquanto novos movimentos sociais na esfera pública, concretizaram-se como novos sujeitos coletivos com demandas e reivindicações próprias em decorrência da singularidade que se expressa a partir de suas próprias sexualidades (DUARTE, 2014, p. 80).

Neste aspecto, a luta contra a homofobia⁷ pode ser analisada na escola em um quadro maior, no qual conflitos que nela irrompem são expressão de relações de dominação e subordinação existentes na sociedade como um todo. (RAMIRES, 2011).

Todavia, a escola tem uma vantagem a ser explorada, pois esta se configura como o primeiro espaço no qual o ser social entra em contato com a diversidade humana em suas várias ramificações de classe social, gênero, geração e raça/etnia, sendo assim, o Assistente Social se utilizará de seu arcabouço teórico-metodológico, ético-Político e técnico-operativo para fomentar o livre pensar a cerca das várias possibilidades de diversidade sexual entre os indivíduos sociais em ambiente escolar.

A importância da inserção de Assistentes Sociais nas escolas vem afirmando a necessidade de atuação na política educacional que responda às demandas da participação social e que estimulem a reflexão dos atores sociais como sujeitos de seu processo sócio-histórico. Sua contribuição consiste em identificar os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afetam o campo educacional.

Portando, o Assistente Social poderá promover ações de caráter formativo tais como: roda de conversas, exibição de filmes,

⁷ A homofobia pode ser entendida como um fenômeno social relacionado a preconceitos, discriminação e violência voltados contra quaisquer sujeitos, expressões e estilos de vida que indiquem transgressão em relação ao gênero, à matriz heterossexual, à heteronormatividade. Tem características de vigilância, controle, classificação, correção, ajustamento e marginalização (JUNQUEIRA, 2012).



documentários, oficinas temáticas, e realização de peças de teatro, como forma de contribuir para que jovens em idade escolar, tanto heterossexuais quanto LGBT's, possam ser agentes do pensar a livre orientação sexual para conseqüentemente gerar mudanças de suas realidades individuais e coletivas, o que poderá fomentar mudanças na sociedade, em uma perspectiva de totalidade.

No entanto, BOSKA & AMORAS (2012), afirmam que existe um fosso que separa os sujeitos de seus direitos na escola, devido a construção hierárquica e de poder desta instituição. Assim, a atuação do Assistente Social sobre a criança é de instigar a reflexão sobre seus direitos e sobre sua constituição histórica, valorizando o reconhecimento de identidades e colaborar com a desconstrução de modelos hegemônicos de família, de escola e comportamentos, dado que a realidade social e a própria realidade escolar demonstram o campo de diferenças.

V. Considerações Finais

A criação de mais espaços de debate sobre as políticas públicas de prevenção a violência nas escolas é hoje, uma necessidade. Este debate precisa alcançar toda a comunidade escolar, dado que, compreendemos que as transformações no mundo do trabalho contribuíram para a precarização da formação de professores, técnicos e qualidade do ensino.

Acreditamos que processos de diálogo que estimulem a reflexão a respeito da constituição histórico-social dos sujeitos é da maior importância para conhecer a alteridade e os direitos humanos, facilitando a socialização na escola.

Contudo, acreditamos que ao falarmos em homofobia, vulnerabilidade e heterossexismo devemos questionar os processos históricos pelos quais estas categorias são produzidas, discutindo suas relações sociais para então desestabilizar esse sistema de opressão, marginalização, patologização e vulnerabilização das Identidades LGBT's.

A categoria mediação estudada por Pontes (2002), baseia-se na tríade: singularidade, particularidade e universalidade. Precisamos assim, através das determinações do ser social, apreender dos



fenômenos as suas particularidades para realizarmos uma intervenção qualificada.

Claudia Vianna (2008), em estudo sobre os conceitos de família nos livros didáticos, comprovou que os modelos de família apresentados nos livros, demonstram que a heteronormatividade não dá espaço para as reflexões sobre liberdade de gênero. Assim, hoje, a formulação destas obras contem avanços e retrocessos, no que diz respeito a diversidade sexual e às relações de gênero, pois as formas de incorporação da temática ainda são pouco eficazes.

O ensino precisa ter uma teleologia bem definida para possibilitar a apreensão dos saberes sistematizados, para assim, superar a dominação burguesa e todas as outras formas de dominação. As escolas também precisam, por meio de suas equipes multidisciplinares, refletir sobre a educação no âmbito dos direitos humanos e da cidadania para dedicar-se à problematização de reproduções hegemônicas da heterossexualidade, naturalização da violência e barbarização da vida social neste espaço que é da maior importância para a formação de sujeitos.

Referências Bibliográficas

AMORAS, Maria.; SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Assistente Social nas escolas: crianças interlocutoras do debate. **SER Social**, v. 14, p. 48-75, 2012.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Tradução: Guilherme Teixeira.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10^a. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**: essa nossa (dês)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DUARTE, Marco J. de O. Diversidade Sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun. 2014.



FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**, Rio de Janeiro; Ed Graal, 1984.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007

_____. A formação acadêmico-profissional do Assistente Social Brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, v. especial, p. 609-639, 2014

IRINEU, Bruna, A. 10 anos do Programa Brasil sem Homofobia: notas críticas. **Temporalis**: Brasília (DF), ano 14, n.28, p. 193-220, jul./dez. 2014

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Educação On-Line (PUCRJ)**, v. 10, p. 64-83, 2012.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 11º Ed: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

RAMIREZ, Luiz. Homofobia na escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT. In: **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. Org: Gustavo Venturi e Vilma Bonkany, 2011. Páginas: 131 à 140.

ROZARIO, Elton. S. B. **Políticas Públicas LGBT'S de enfrentamento à homofobia em Belém-PA: Uma análise a partir da delegacia de combate a crimes homofóbicos – DCCH**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social – FASS, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém/PA, 2013.

SANTOS NETO, Francisco. A reprodução heterossexista na sociedade brasileira: a construção da vulnerabilidade das identidades LGBT's. In: **Inventudes: Diálogos Sobre Infâncias e Juventudes na Amazônia**, 2015.

SMIGAY, Karen Ellen. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência; desafios para a psicologia política. **Psicologia**



em Revista, Belo Horizonte, V. 8, n. 11, P. 32-46 (2002). Disponível em: <[http:// www.pucminas.br/imagedb/documento](http://www.pucminas.br/imagedb/documento)> Acesso em 12/03/2016

WYLLYS. Jean. **Burrice que mata**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/burrice-que-mata>>, publicado em 26/02/2016 16h35, Acesso em 28/04/2016.

VIANNA, Cláudia; Ramires. A Eloquência do Silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos. **Associação Brasileira de Psicologia Política**, 2008 pg. 345- 362.



RESUMEN: El presente artículo busca hacer reflexiones de cómo el trabajador social formado después de las Directivas curriculares (2002) enquanto un profesional que interviene en las expresiones de la Questión social a la luz de la teoria social crítica de Marx, podrá pensar estrategias de superación de las muchas violaciones que sufren dos LGBT's en la escuela. En ese sentido, hicimos reflexiones de las imposiciones puestas socialmente por la heteronormatividade, del lugar que las personas LGBT's ocupan en el actual escenario social brasileño y como los trabajadores sociales vienen estudiando esta realidad. Para esto, hicimos un levantamiento bibliografico de intelectuales clasicos e contemporaneos que nos llevó a una discusión sobre vulnerabilización de personas no heterosexuales y las posibilidades de superación de este problema.

PALABRAS CLAVE: Lineamientos Curriculares. Heterossexista. LGBT. Trabajo Social. Vulnerabilidad.

Mônica de Melo MEDEIROS

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é bolsista do Programa Integrado de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ) do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Análise Fiscal, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas e participa do Grupo de Estudos e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB) da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Política Social.

Francisco dos Santos NETO

Graduando do Curso de Serviço Social da UFPA, estagiei como Ouvidor Estudantil da Ouvidoria Geral desta mesma Universidade, fui estagiário de Serviço Social no Setor de Recursos Humanos do Hospital Universitário João de Barros Barreto e do Serviço Social do Comércio no Projeto Recreação. Atualmente participo como voluntário no Grupo Interfaces da UFPA que discute Gêneros, Famílias e Gerações, além de ser Bolsista Pibic-UFPA do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Política Social e Formação Profissional - GEPSS/UFPA e realizo estágio extra curricular no Tribunal Regional Eleitoral do Pará no Serviço Médico, Odontológico e Psicossocial (SAMOS), minha área de lotação no TRE é o Setor Psicossocial.

Recebido em: 16/08/2016

Aprovado em: 18/04/2017